

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO SA
– CEASA-ES
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 1/2024,
DE 15 DE MAIO DE 2024**

CADERNO DE PROVA – TARDE

ADVOGADO

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Este caderno de prova contém **50 (cinquenta)** questões de múltipla escolha, de 1 a 50 e distribuídas da seguinte forma:
 - 1 a 10 – Língua Portuguesa;
 - 11 a 20 – Raciocínio Lógico;
 - 21 a 25 – Legislação Básica;
 - 26 a 30 – Informática Básica;
 - 31 a 50 – Conhecimentos Específicos.
2. Além das questões de múltipla escolha, este caderno também contém **um enunciado para elaboração de uma peça processual (prova discursiva)**, com o devido espaço para o rascunho dos textos definitivos. A resposta à prova discursiva deverá ter a extensão máxima de **120 (cento e vinte) linhas** para o texto da peça processual.
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões deste caderno de prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões de múltipla escolha, são apresentadas **5 (cinco)** alternativas de resposta. Apenas **1 (uma)** resposta responde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para esta prova é de **4 (horas)** horas.
5. Reserve tempo suficiente para marcar o seu cartão de respostas e preencher suas folhas de textos definitivos.
6. Os rascunhos e as marcações assinaladas neste caderno **não** serão considerados para avaliação.
7. O candidato somente poderá se retirar do local da aplicação das provas após **1 (uma)** hora de seu início, mas somente poderá levar consigo o caderno de questões no decurso dos últimos **30 (trinta)** minutos anteriores ao horário determinado para o encerramento da prova.
8. Não será permitida a anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio.
9. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue este caderno de prova, o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos.
10. Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 1 a 8.

CEASA-ES recebe ação do MPES de orientação a produtores



A unidade das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA-ES), em Cariacica, recebeu nesta quarta-feira (05), uma ação do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) de orientação aos produtores rurais. O trabalho de cunho educativo teve a participação de diversos órgãos reguladores e fiscalizadores do Estado. A medida teve como objetivo alertar os produtores rurais acerca do cumprimento das diretrizes da Portaria da Rastreabilidade e da Emissão de Nota Fiscal.

A promotora de Justiça, Dra. Sandra Lengruber, coordenou a ação juntamente com a equipe da Comissão de Rastreabilidade da CEASA-ES. Foram designados grupos de representantes dos diversos órgãos envolvidos na ação para abordarem a importância da qualidade dos alimentos e a exigência da emissão de Nota Fiscal ao consumidor. O diretor presidente da CEASA-ES, Carlos Cesquim, afirmou ser de grande relevância esse trabalho de orientação e a necessidade de haver a regularização por parte dos produtores rurais e comerciantes individuais, “já que a CEASA-ES é a responsável pelo abastecimento de 70% da Grande Vitória com produtos hortifrutigranjeiros”, disse.

Os agentes atuantes na ação receberam um kit com documentos essenciais para serem utilizados como material de apoio na abordagem aos produtores rurais. O kit continha um *checklist* para identificar as principais questões exigidas na comercialização dos produtos, uma cartilha educativa sobre a Portaria da Rastreabilidade, orientações sobre a utilização de caixas plásticas para armazenamento dos produtos, dentre outras informações. Cada produtor orientado recebeu uma cópia do *checklist* com as principais informações para que tenham tempo de se adequar às exigências.

A proximidade dos agentes no contato direto com os produtores rurais permitiu melhores oportunidades de instrução e orientação às pessoas que atuam na agricultura familiar. O diretor Administrativo e Financeiro da CEASA-ES, Rodolfo Fernandes, enfatizou a necessidade desse tipo de abordagem direta de orientação: “É muito importante o trabalho de orientação por parte dos órgãos públicos se preocupando, principalmente, com o acesso à informação para contribuir com o desenvolvimento das atividades profissionais dos produtores rurais.”

Participaram da ação representantes dos seguintes órgãos: Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES); Secretaria da Fazenda (Sefaz); Instituto Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor (Procon/ES) Vigilância Sanitária Estadual (Visa/ES); e Vigilância Sanitária Municipal (Visa Cariacica).

• Entenda a Rastreabilidade

A Rastreabilidade é um conjunto de procedimentos que permite acompanhar a movimentação dos produtos ao longo da cadeia produtiva. Dessa forma, é possível identificar o caminho percorrido pelas frutas e hortaliças desde a propriedade rural em que foram produzidas até sua chegada ao destino final. Esse processo agrega valor ao produto, contribui para a segurança dos alimentos produzidos, garante a identificação de produtos fora do padrão de qualidade e permite melhorar as informações sobre toda a cadeia produtiva.

Em caso de problemas de saúde pública, por meio da rastreabilidade, é possível identificar o lote contaminado e retirá-lo do mercado, bem como definir a responsabilidade de cada um. Os procedimentos definidos pela Portaria SEAG/SESA Nº 001-R/2017 servem para assegurar todos os entes envolvidos nas etapas de produção, distribuição e comercialização de frutas e hortaliças frescas no estado do Espírito Santo.

• Entenda a emissão de Nota Fiscal

A nota fiscal surgiu no Brasil no início da década de 1970 com o objetivo de combater a sonegação fiscal. Inicialmente preenchida manualmente, evoluiu ao longo do tempo até se tornar a nota fiscal eletrônica que conhecemos hoje. A emissão da nota fiscal não apenas confirma a legalidade das operações da empresa, mas também assegura o pagamento correto dos

tributos. Esse documento comprova o registro de compras e vendas que proporciona aos clientes confiança nas transações, garantindo seus direitos - como a possibilidade de troca de produtos ou reembolso quando necessário.

Atualmente, temos a opção da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que é um documento digital emitido pela Receita Federal, prefeituras ou entidades autorizadas para registrar transações de serviços. A NFS-e melhora a gestão tributária ao padronizar informações, reduzir custos e aumentar a eficiência. Também ajuda as empresas a simplificar obrigações, como dispensar documentos em papel, diminuindo os gastos. A emissão da nota é fundamental para garantir que empresas paguem seus impostos corretamente e para que os consumidores possam reclamar seus direitos.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da CEASA-ES

Camille Porto Moura Wernersbach

(27) 3396-1661 / 8h às 17h

camille.moura@ceasa.es.gov.br

<https://ceasa.es.gov.br/>

Questão 1

O texto é eminentemente

- (A) expositivo.
- (B) ode ou hino.
- (C) epopeico.
- (D) romance.
- (E) novela.

Questão 2

No fragmento do texto: “A medida teve como objetivo alertar os produtores rurais acerca do cumprimento das **diretrizes** da Portaria da Rastreabilidade e da Emissão de Nota Fiscal.” O termo grifado, pode ser substituído sem prejuízo por:

- (A) Orientações.
- (B) Tecnologia.
- (C) Moral.
- (D) Nostalgia.
- (E) Logradouro.

Questão 3

Durante a ação na unidade das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (Ceasa-ES), diversos órgãos reguladores e fiscalizadores do Estado participaram, e a promotora de Justiça, Dra. Sandra Lengruber, coordenou a iniciativa junto à equipe da Comissão de Rastreabilidade da Ceasa-ES. Os grupos de representantes abordaram a importância da qualidade dos alimentos e a necessidade de emissão de Nota Fiscal ao consumidor. A medida teve qual objetivo?

- (A) **Festejar com os produtores rurais** acerca do cumprimento das diretrizes da Portaria da Rastreabilidade e da Emissão de Nota Fiscal.
- (B) **Alertar os produtores rurais** acerca do cumprimento das diretrizes da Portaria da Rastreabilidade e da Emissão de Nota Fiscal.
- (C) **Lançar mão e abandonar os produtores rurais** acerca do cumprimento das diretrizes da Portaria da Rastreabilidade e da Emissão de Nota Fiscal.
- (D) **Desmembrar os produtores rurais** acerca do cumprimento das diretrizes da Portaria da Rastreabilidade e da Emissão de Nota Fiscal.
- (E) **Vender aos produtores rurais, artefatos** acerca do cumprimento das diretrizes da Portaria da Rastreabilidade e da Emissão de Nota Fiscal.

Questão 4

O tipo de linguagem utilizada no texto é:

- (A) Vulgar ou obscena.
- (B) Padrão/formal.
- (C) Literária/expressiva.
- (D) Não verbal.
- (E) Coloquial/informal/gírias/regionalismos.

Questão 5

Analise as palavras e suas acentuações. Marque a alternativa que corrobora a regra sobre a acentuação correta.

- (A) **Espírito Santo**. A palavra “Espírito” é uma paroxítona terminada em ditongo, portanto não recebe acento gráfico. Já “Santo” é uma oxítona terminada em “o”, o que também não requer acento. Portanto, **não há acento** em “Espírito Santo”.
- (B) **Órgãos**: A palavra “órgãos” é uma paroxítona terminada em “s”, o que a torna acentuada. Portanto, a forma correta é “**órgãos**”. Sendo que o til também é um acento opcional.
- (C) **Lá**. É um ditongo, motivo de ser acentuada. Todos os ditongos são acentuados.
- (D) **Ministerio Publico**: “Ministerio” é uma paroxítona terminada em ditongo, não necessitando de acento. “Publico” é uma oxítona terminada em “o”, também não acentuada. Portanto, **não há acento** em “Ministerio Publico”.
- (E) **Público** é uma palavra proparoxítona, e todas as proparoxítonas são acentuadas.

Questão 6

A Rastreabilidade é um conjunto de procedimentos que permite acompanhar a movimentação dos produtos ao longo da cadeia produtiva. **Dessa forma**, é possível identificar o caminho percorrido pelas frutas e hortaliças desde a propriedade rural em que foram produzidas até sua chegada ao destino final. **Esse** processo agrega valor ao produto, contribui para a segurança dos alimentos produzidos, garante a identificação de produtos fora do padrão de qualidade e permite melhorar as informações sobre toda a cadeia produtiva. Analisando os mecanismos fundamentais na construção textual preste atenção. Os termos grifados podem ser considerados elementos de:

- (A) Coesão e coerência.
(B) Coesão e acentuação.
(C) Coesão e ortografia.
(D) Concisão e acentuação.
(E) Concisão e ortografia.

Questão 7

Analise o seguinte fragmento: “**A nota fiscal** surgiu no Brasil no início da década de 1970 com o objetivo de combater a sonegação fiscal. Inicialmente preenchida manualmente, evoluiu ao longo do tempo até se tornar a nota fiscal eletrônica que conhecemos hoje”. Os termos grifados podem ser classificados como sujeito

- (A) oculto.
(B) simples.
(C) inexistente.
(D) composto.
(E) indeterminado.

Questão 8

A partir do seguinte fragmento, analise o termo da oração: “**Atualmente**, temos a opção da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que é um documento digital emitido pela Receita Federal, prefeituras ou entidades autorizadas para registrar transações de serviços”. O grifo é um:

- (A) Adjunto adnominal.
(B) Vocativo.
(C) Adjunto adverbial.
(D) Aposto.
(E) Sujeito.

Questão 9

A palavra “que” pode desempenhar diversas funções morfossintáticas na língua portuguesa. A partir das orações abaixo, assinale a que corresponde a função morfossintática correta.

- (A) Advérbio de companhia: “Que peixe grande o pescador apanhou!” (O pescador apanhou um peixe muito grande.)
(B) Advérbio de tempo: “Que gente esquisita!” (Como essa gente é esquisita!)
(C) Consecutiva: “Este lugar é mais agradável do que aquele.” (Estabelece comparação entre lugares.)
(D) Causal: “Agora vou deitar, que estou cansada.” (Expressa a causa de querer deitar: o cansaço.)
(E) Interrogativo: “Comprei os livros que constam na lista de material.” (Relaciona-se ao termo “livros”.)

Questão 10

Regência verbal estabelece relação de subordinação entre um verbo e outro termo. Ela indica o uso ou não de preposições e o significado dos verbos. A preposição é tão importante que, muitas vezes, o mesmo verbo pode ser regido por preposições diferentes para indicar significados diferentes. Analise as orações a seguir e marque a alternativa correta de acordo com as regras da regência verbal.

- (A) Cheguei à minha casas. – Adequado.
- (B) Cheguei em minha casa. – Adequado.
- (C) Fomos no shopping. – Adequado.
- (D) Fomos ao shopping. – Inadequado.
- (E) Cheguei à minha casa. – Adequado.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Questão 11**

Proposição composta é formada por um conjunto de proposições simples. No que se refere proposição composta, assinale a alternativa correta.

- (A) Quem é a mãe de Jesus?
- (B) Paris é a capital de França ou Washington é a capital dos Estados Unidos.
- (C) Maria é pequena.
- (D) Francisco sabe falar inglês.
- (E) Cale-se!

Questão 12

São as ligações entre uma proposição simples e outra, assim como o “OU” do exemplo a seguir: Maria é inteligente **OU** Lucas é desinteressado. No que se refere ao conceito dessas ligações, assinale a alternativa correta.

- (A) Conectivos lógicos.
- (B) Tabela verdade.
- (C) Negação.
- (D) Tautologia.
- (E) Contradição.

Questão 13

Assinale a alternativa que apresenta uma negação lógica para a afirmação: “Jussara é milionária, ou Mércia é miserável”.

- (A) Se Jussara é milionária, então Mércia é miserável.
- (B) Jussara não é milionária e Mércia não é miserável.
- (C) Jussara é milionária e Mércia não é miserável.
- (D) Se Jussara não é milionária e Mércia não é miserável.
- (E) Jussara não é milionária ou Mércia não é miserável.

Questão 14

No que se refere a afirmação “Pedrita é advogada ou Fernanda é servidora pública”, assinale a alternativa que tem como sentença logicamente equivalente:

- (A) Se Fernanda é servidora pública, então Pedrita é advogada.
- (B) Se Pedrita é advogada, Fernanda é servidora pública.
- (C) Se Pedrita não é advogada, então Pedrita é professora.
- (D) Não é verdade que Pedrita é advogada, então Fernanda é servidora pública.
- (E) Não é verdade que Fernanda é servidora pública, então Pedrita é advogada.

Questão 15

Considere falsa a afirmação “Fábio é médico e Mariana é dentista” e verdadeira a afirmação “Se Fábio é médico, então Mariana é dentista”. Nessas condições, assinale a alternativa que é necessariamente:

- (A) Falso que Mariana é dentista.
- (B) Verdade que Fábio e Mariana são dentistas.
- (C) Falso que Fábio é médico.
- (D) Verdade que Mariana é dentista.
- (E) Verdade que Fábio é médico.

Questão 16

Considere a sentença: “Se Igor é torcedor do Flamengo, então é carioca.” Em um cenário no qual a sentença acima é falsa, assinale a alternativa correta.

- (A) Igor é torcedor do Grêmio e é sulista.
- (B) Igor é torcedor do São Paulo e é paulistano.
- (C) Igor é torcedor do Internacional e é carioca.
- (D) Igor é torcedor do Flamengo e é sulista.
- (E) Igor é torcedor do Fluminense e é mineiro.

Questão 17

Assinale a alternativa cujo valor lógico da proposição é a verdade (V).

- (A) $7 + 4 = 15$ ou São Paulo é a capital do Brasil.
- (B) $3^3 = 9$ e Salvador é a capital da Bahia.
- (C) $20 \div 2 = 15$ se, e somente se, Goiânia é a capital do Goiás.
- (D) $9^0 = 1$ e Patos de Minas é uma cidade capixaba.
- (E) Se $3 \times 3 = 10$, então Pirenópolis é uma cidade mineira.

Questão 18

Considere os argumentos a seguir:

- Argumento A: Se chover então vai alagar. Não está chovendo. Logo, não vai alagar.
- Argumento B: Se chover então vai alagar. Não está alagando. Logo, não vai chover.

Assim, é correto afirmar.

- (A) O argumento A é uma falácia e o Argumento B é uma tautologia.
- (B) Os dois argumentos são tautologias.
- (C) O argumento A é uma tautologia e o argumento B é uma falácia.
- (D) Os dois argumentos são uma falácia.
- (E) Nenhuma das alternativas.

Questão 19

Considere a tabela-verdade a seguir.

P	Q	$P \rightarrow Q$
F	V	
V	F	
V	V	
F	F	

Ao preencher corretamente a terceira coluna da tabela, o resultado ordenadamente obtido, de cima para baixo, será:

Assinale a alternativa correta.

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, F, F, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) F, V, F, V.
- (E) V, F, V, V.

Questão 20

Considere a tabela verdade a seguir:

P	Q	$\sim Q$
F	V	
V	F	
V	V	
F	F	

Ao se preencher completa e corretamente a tabela, o número de F encontrado na última coluna é igual a:

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 3
- (E) 4

LEGISLAÇÃO BÁSICA**Questão 21**

Em consonância com os princípios que regem a Administração Pública, qual deles se refere à capacidade de ação da administração em alcançar a otimização dos recursos disponíveis pela obtenção dos melhores resultados na execução das atividades administrativas?

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Eficiência.
- (D) Moralidade.
- (E) Publicidade.

Questão 22

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), qual das alternativas abaixo **não** corresponde a um direito básico do consumidor.

- (A) A proteção da vida, saúde e segurança contra práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- (B) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva.
- (C) A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços.
- (D) Direito à revogação unilateral do contrato.
- (E) A informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida.

Questão 23

Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale alternativa que define um produto defeituoso.

- (A) Produto que não funciona corretamente.
- (B) Produto que não atende às expectativas do consumidor.
- (C) Produto que apresenta risco à segurança do consumidor.
- (D) Produto que funcione corretamente.
- (E) Produto de qualidade inferior a outro que já existe no mercado.

Questão 24

No que diz respeito às práticas comerciais utilizadas por fornecedores de produtos ou serviços, assinale a alternativa que apresenta uma prática comercial abusiva vedada pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- (A) Oferecer um produto com desconto.
- (B) Fazer comparação com o produto da concorrência.
- (C) Cessar a fabricação de determinado produto.
- (D) Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- (E) Realizar marketing digital.

Questão 25

Pedro contratou a empresa Satel para realizar a prestação de serviço de internet via satélite para a sua residência, com o pagamento realizado por débito em conta. Porém, no mês de janeiro, a empresa entrou em contato com Pedro informando que os 5 últimos meses não haviam sido pagos porque o banco não autorizou o débito em conta. Assim Pedro procedeu o pagamento do valor cobrado pela empresa Satel, que posteriormente foi identificado como indevido. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) é correto afirmar que:

- (A) Pedro não terá direito ao ressarcimento pois realizou o pagamento espontaneamente.
- (B) Pedro terá direito a ser ressarcido pela empresa com valor correspondente ao dobro do valor cobrado indevidamente mais juros e correção monetária, salvo hipótese de engano justificável.
- (C) Pedro terá direito a ser ressarcido do valor pago referente apenas aos 3 últimos meses.
- (D) Pedro não terá direito ao ressarcimento, pois autorizou o débito em conta.
- (E) Pedro terá direito a ser ressarcido do valor pago referente apenas ao último mês.

INFORMÁTICA BÁSICA**Questão 26**

Assinale a alternativa que apresenta como se insere uma nota de rodapé em um documento nos programas Microsoft Word e LibreOffice Writer.

- (A) Clicando em Inserir > Nota de rodapé.
- (B) Clicando em Editar > Nota de rodapé.
- (C) Clicando em Formatar > Nota de rodapé.
- (D) Clicando em Ferramentas > Nota de rodapé.
- (E) Clicando em Referências > Nota de rodapé.

Questão 27

No ambiente da tecnologia da informação e comunicação, protocolos de comunicação desempenham um papel fundamental na transmissão e gerenciamento de dados pela internet. Cada protocolo possui funções específicas que facilitam operações como transferência de arquivos, envio de e-mails, acesso a páginas web e controle remoto de computadores. É essencial identificar corretamente quais protocolos são usados na infraestrutura da internet para garantir sua operação eficiente e segura. Assinale a alternativa que descreve qual dos protocolos de comunicação a seguir **não** é utilizado na internet:

- (A) FTP (File Transfer Protocol).
- (B) SMTP (Simple Mail Transfer Protocol).
- (C) HTTP (Hypertext Transfer Protocol).
- (D) RDP (Remote Desktop Protocol).
- (E) XLXS (Extensible Markup Language Spreadsheet).

Questão 28

Em um ambiente de trabalho com diversos funcionários que utilizam computadores compartilhados, assinale a alternativa que apresenta qual seria a melhor maneira de organizar os arquivos e pastas para garantir a segurança e o acesso controlado às informações:

- (A) Permitir que cada funcionário crie pastas pessoais na raiz do disco rígido, sem restrições de acesso.
- (B) Armazenar todos os arquivos em pastas públicas de fácil acesso, sem a necessidade de autenticação individual.
- (C) Implementar um sistema de permissões que restringe o acesso às pastas de acordo com o nível de cada funcionário e o tipo de informação.
- (D) Utilizar um serviço de armazenamento em nuvem sem políticas de segurança configuradas.
- (E) Nomear somente um gestor, para acessar os documentos.

Questão 29

Em uma planilha com dados de vendas mensais de diferentes produtos, um funcionário precisa criar um gráfico de linhas que mostre a tendência de vendas de cada produto ao longo do tempo. Assinale a alternativa que demonstra qual tipo de gráfico é mais adequado para essa análise:

- (A) Linhas simples com marcadores.
- (B) Gráfico de Pizza.
- (C) Linhas Duplas preenchidas.
- (D) Linhas Duplas de bolhas.
- (E) Gráfico de Dispersão.

Questão 30

Uma empresa precisa armazenar dados confidenciais de clientes e precisa garantir o máximo de segurança. Assinale a alternativa que apresenta a criptografia indicada para proteger esses dados em um serviço de armazenamento em nuvem:

- (A) Criptografia de chave simétrica: utiliza a mesma chave para criptografar e descriptografar os dados, o que pode apresentar problemas de distribuição e gerenciamento de chaves.
- (B) Criptografia de chave assimétrica: utiliza chaves diferentes para criptografar e descriptografar os dados, oferecendo maior segurança e flexibilidade no gerenciamento de chaves.
- (C) Criptografia de disco completo: criptografia todo o disco rígido do computador local antes de armazenar os dados na nuvem.
- (D) Criptografia de nível de arquivo: criptografa cada arquivo individualmente antes de armazená-lo na nuvem.
- (E) Criptografia de usuário: Reconhecimento facial, individualmente antes de acessar o sistema.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 31**

J.R, um advogado recém-formado, estava empolgado para começar a trabalhar em um grande escritório de advocacia. No entanto, ele logo percebeu que um de seus colegas, M.S, estava agindo de maneira antiética, usando informações confidenciais dos clientes para benefício próprio. J.R ficou preocupado e decidiu notificar a Comissão de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o comportamento de M.S. Considere as afirmações apresentadas a respeito da situação de J.R e assinale a alternativa correta.

- (A) J.R não deveria ter notificado a Comissão de Ética e Disciplina da OAB porque M.S era seu colega de trabalho.
- (B) A Comissão de Ética e Disciplina da OAB não tem o poder de investigar a conduta de M.S.
- (C) A Comissão de Ética e Disciplina da OAB pode punir M.S, independentemente das alegações de J.R.
- (D) J.R fez a coisa certa ao notificar a Comissão de Ética e Disciplina da OAB, que tem o poder de investigar a conduta de M.S e, se necessário, aplicar sanções.
- (E) A Comissão de Ética e Disciplina da OAB não tem o poder de aplicar sanções a M.S, mesmo que ele tenha agido de maneira antiética.

Questão 32

De acordo com os princípios éticos que devem nortear o servidor e (ou) o empregado público, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado público pode, em algumas situações, omitir a verdade se isso for em benefício da Administração Pública.
- (B) A moralidade administrativa é independente do direito e não influencia na legalidade dos atos administrativos.
- (C) O empregado público deve equilibrar a legalidade e a finalidade de seus atos para consolidar a moralidade do ato administrativo.
- (D) É aceitável que o empregado público cause danos ao patrimônio público se isso não afetar diretamente o Estado.
- (E) A função pública é completamente separada da vida privada do empregado e não influencia seu conceito na vida funcional, podendo o empregado praticar qualquer ato fora de sua repartição que não será punido pelo Estado por ser um empregado público.

Questão 33

No que se refere aos princípios fundamentais do Regulamento de Mercado da CEASA/ES, analise os itens e assinale a alternativa correta.

- I. Destinação das áreas com base em critérios de viabilidade técnica, melhor aproveitamento, economicidade e adequação logística.
 - II. Expansão da capacidade de distribuição do sistema de comercialização de modo proporcional ao aumento da produção.
 - III. Alcançar o patamar de excelência para os comerciantes, servidores e consumidores.
- (A) As afirmativas I e II são verdadeiras.
 - (B) As afirmativas II e III são verdadeiras.
 - (C) As afirmativas I e III são verdadeiras.
 - (D) Todas as alternativas são verdadeiras.
 - (E) Todas as afirmativas são falsas.

Questão 34

Com base no Regulamento de Mercado da CEASA/ES, assinale a alternativa correta.

- I. _____ se caracteriza como uma autorização administrativa a ser concedida, mediante requerimento formal, para comerciantes individuais, pessoa jurídica ou física, e produtores rurais.
 - II. _____ contratos administrativos firmados com pessoas jurídicas, denominadas concessionárias, mediante processo licitatório prévio.
 - III. _____ documento essencial ao exercício de atividades no âmbito do Complexo de Abastecimento.
- (A) I. Licença de Regularidade Anual – II. Termo de Concessão Remunerada de Uso – III. Termo de Uso Consentido
 - (B) I. Termo de Concessão Remunerada de Uso – II. Termo de Uso Consentido – III. Licença de Regularidade Anual
 - (C) I. Termo de Uso Consentido – II. Termo de Concessão Remunerada de Uso – III. Licença de Regularidade Anual
 - (D) I. Termo de Concessão Remunerada de Uso – Licença de Regularidade Anual – III. Termo de Uso Consentido
 - (E) I. Licença de Regularidade Anual – II. Termo de Uso Consentido – III. Termo de Concessão Remunerada de Uso

Questão 35

No que se refere a definição de Carregador, conforme o Regulamento de Mercado da CEASA/ES, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que de qualquer forma atua nas dependências das Unidades da CEASA/ES, devidamente autorizado pela Gerência de Mercado, com anuência da Diretoria Executiva, prestando serviços nos estritos limites da lei e deste Regulamento de Mercado.
- (B) Profissional, autônomo ou empregado das Empresas Concessionárias ou Comerciantes Individuais, devidamente cadastrado junto à Entidade de Classe e autorizado junto à Gerência de Mercado a operar no âmbito das Unidades da CEASA/ES.
- (C) Pessoa física que comercialize nas dependências das Unidades da CEASA/ES, previamente autorizados pela Gerência de Mercado, mediante termo oneroso de autorização de uso e sem ponto fixo.
- (D) Pessoa física ou jurídica (associações e cooperativas) que realizem a coleta de resíduos alimentícios ou não alimentícios nas dependências da CEASA/ES.
- (E) Pessoa física ou jurídica que realize operações de compras nas Unidades da CEASA/ES.

Questão 36

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre recursos.

- (A) Da sentença não cabe apelação.
- (B) Os embargos de declaração não interrompem o prazo para interposição de recurso.
- (C) Não há previsão legal para a interposição de Recurso Ordinário.
- (D) Não há hipótese de interposição conjunta de agravo de recurso extraordinário e de agravo de recurso especial.
- (E) Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição.

Questão 37

Caso você se depare com a seguinte situação: determinada funcionária com contrato de trabalho por prazo indeterminado, dedicada à Empresa, vem trabalhando mais de 10 horas por dia nos últimos meses para cumprir os prazos do projeto na área de Tecnologia da Informação (TI). No entanto, ela não recebeu nenhuma compensação adicional ou tempo de folga por suas horas extras. Ela decidiu levar o assunto ao Recursos Humanos (RH) e ficou acordado que daqui para frente ela receberia por essas horas trabalhadas, a funcionária concordou. Com base nas informações, assinale a alternativa correta que indique qual princípio do Direito do Trabalho está sendo violado.

- (A) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego.
- (B) Princípio da Irrenunciabilidade.
- (C) Princípio da Inalterabilidade Contratual.
- (D) Princípio da Intangibilidade Salarial.
- (E) Princípio da Proteção.

Questão 38

Considerando as normas do Direito do Trabalho brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A jornada de trabalho padrão no Brasil é de 48 horas semanais.
- (B) Os trabalhadores têm direito a um período de descanso de 15 minutos a cada 4 horas de trabalho.
- (C) Para jornadas de trabalho que excedem 6 horas, é obrigatório um intervalo para repouso e alimentação de no mínimo 1 hora e no máximo 2 horas.
- (D) O repouso semanal no Brasil é remunerado e preferencialmente às segundas feiras.
- (E) O trabalho noturno é considerado aquele realizado entre as 22 horas e as 6 horas, e tem remuneração adicional de 5%.

Questão 39

No contexto do Direito Processual do Trabalho brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A suspensão do processo trabalhista ocorre automaticamente quando uma das partes não comparece à audiência.
- (B) As razões finais no processo do trabalho devem ser sempre apresentadas por escrito, com prazo de 15 dias para cada parte.
- (C) A sentença no processo do trabalho é um ato discricionário do juiz, que pode decidir a lide independentemente das provas apresentadas.
- (D) A coisa julgada no processo do trabalho refere-se apenas aos aspectos formais da decisão.
- (E) Os atos processuais trabalhistas devem ser realizados nos dias úteis, das 6 horas às 20 horas, salvo autorização expressa do juiz para horários diferenciados.

Questão 40

De acordo com o Direito Processual do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Os prazos processuais trabalhistas não podem ser prorrogados em nenhuma hipótese.
- (B) Os atos e termos processuais que devam ser assinados pelas partes interessadas, quando estas não possam fazê-lo, podem ser firmados a rogo, na presença de 3 testemunhas.
- (C) Os prazos estabelecidos em lei serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- (D) Os documentos juntados aos autos podem ser desentranhados a qualquer momento durante o processo.
- (E) A penhora pode ser realizada em domingo ou dia de feriado, sem a autorização expressa do juiz ou presidente.

Questão 41

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa que indique o imposto estadual que incide nas operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

- (A) ITCMD.
- (B) ICMS.
- (C) IPVA.
- (D) IPI.
- (E) ITBI.

Questão 42

Ato Administrativo é a manifestação do Estado que produz efeitos jurídicos imediatos, desde que observada a lei e as limitações do direito público, nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta os elementos dos Atos Administrativos.

- (A) Competência, forma, objeto, motivo e autoexecutoriedade.
- (B) Competência, forma, objeto, motivo e presunção de legitimidade.
- (C) Competência, forma, objeto, motivo e tipicidade.
- (D) Competência, forma, objeto, motivo e finalidade.
- (E) Competência, forma, objeto, motivo e eficácia.

Questão 43

Dentre os poderes administrativos figura, com especial destaque o poder de polícia administrativa, que a Administração Pública exerce sobre todas as atividades e bens que afetam a coletividade. Nesse contexto, assinale a alternativa que corresponde ao poder de polícia.

- (A) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública de praticar atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
- (B) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos seus órgãos e serviços.
- (C) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.
- (D) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
- (E) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública de rever seus próprios atos.

Questão 44

Os contratos administrativos são ajustes firmados entre a Administração Pública e pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de produtos ou serviços. Nesse sentido, assinale a alternativa que são hipóteses de extinção dos contratos administrativos.

- (A) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- (B) Não apresentar o documento de alteração social ou modificação da empresa.
- (C) Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- (D) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- (E) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.

Questão 45

Em se tratando de Contratos Administrativos, o regime jurídico dos contratos instituído pela Lei nº 14.133/2021 confere à Administração as seguintes prerrogativas, **exceto**:

- (A) Modificar os contratos unilateralmente para melhor adequação do interesse público sem observar os direitos dos contratados.
- (B) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (C) Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato quando se tratar de risco à prestação de serviços essenciais ou necessidade de acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.
- (D) Fiscalizar a execução dos contratos.
- (E) Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei.

Questão 46

De acordo com o Artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece as cláusulas necessárias em todo contrato administrativo, assinale a alternativa que apresenta uma cláusula que deve ser incluída em todos os contratos administrativos.

- (A) O relatório de auditoria técnica e contábil.
- (B) A qualificação dos fiscais dos contratos.
- (C) A projeção dos lucros.
- (D) Os casos de extinção.
- (E) A descrição detalhada da infraestrutura da contratante.

Questão 47

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 assinale a alternativa que descreve uma infração administrativa cometida nos contratos administrativos.

- (A) Dar causa à inexecução parcial do contrato, salvo se apresentar motivo justificado.
- (B) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- (C) Entregar a documentação exigida para o certame com atraso.
- (D) Celebrar o contrato, quando convocado, dentro do prazo de validade da proposta.
- (E) Dar causa à inexecução total do contrato, salvo se apresentar motivo justificado.

Questão 48

Pode-se considerar que o Lançamento do Crédito Tributário possui natureza jurídica mista. Com base na informação, assinale a alternativa que corrige a natureza jurídica do Lançamento.

- (A) Não declara a obrigação tributária; apenas constitui o crédito tributário com efeitos “ex nunc”.
- (B) Declara a obrigação tributária, com efeitos “ex tunc”; e constitui o crédito tributário, com efeitos “ex nunc”.
- (C) Declara a obrigação tributária, com efeitos “ex nunc”; e constitui o crédito tributário, com efeitos “ex tunc”.
- (D) Declara a obrigação tributária, com efeitos “ex tunc” e não constitui o crédito tributário.
- (E) Declara a obrigação tributária, com efeitos “ex tunc”; e constitui o crédito tributário, com efeitos “ex tunc”.

Questão 49

Com relação ao termo de inscrição da dívida ativa, assinale a opção que apresenta todos os requisitos essenciais dispostos no Código Tributário Nacional:

- (A) Nome do devedor, a quantia devida, a origem e natureza do crédito, a data em que foi inscrita, a indicação do livro e da folha de inscrição, não necessitando estar autenticado pela autoridade competente.
- (B) Apenas o nome do devedor e a origem e natureza do crédito, não necessitando estar autenticado pela autoridade competente.
- (C) Apenas o nome do devedor, o seu domicílio ou residência, a origem e natureza do crédito sem mencionar a disposição da lei que seja fundado e autenticado por autoridade competente quando possível.
- (D) Nome do devedor, a quantia devida, a origem e natureza do crédito, a data em que foi inscrita, a indicação do livro e da folha de inscrição, o número do processo administrativo de que se originar o crédito (sempre deverá ser mencionado), necessitando estar autenticado pela autoridade competente
- (E) Nome do devedor, a quantia devida, a origem e natureza do crédito, a data em que foi inscrita, a indicação do livro e da folha de inscrição, o número do processo administrativo de que se originou o crédito (sendo o caso), necessitando estar autenticado pela autoridade competente.

Questão 50

Quanto à Administração Tributária, assinale a alternativa que trata corretamente sobre a Dívida Ativa Tributária.

- (A) Após a constituição definitiva do crédito tributário, este será inscrito em dívida ativa, pela repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- (B) Antes da constituição definitiva do crédito tributário, este será inscrito em dívida ativa, pela repartição administrativa competente, antes de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- (C) A dívida regularmente inscrita não goza da presunção de certeza e liquidez.
- (D) O termo de inscrição da dívida ativa poderá ou não ser autenticado pela autoridade competente.
- (E) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de incerteza e liquidez.

PROVA DISCURSIVA – PEÇA PROCESSUAL

José, empresário, residente e domiciliado em Linhares/ES, cadastrou seu funcionário na CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO SA – CEASA, com a finalidade de conseguir um ponto para realizar vendas de uva. Ocorre que no dia 20.12.2023, o funcionário de José deu entrada no pátio da CEASA com o caminhão que estava sob posse do empresário para fazer o abastecimento e realizar a venda da mercadoria no ponto, ora obtido.

Destaca-se que no pátio onde foi registrado a entrada do CAMINHÃO é expedido um cartão, neste caso com a numeração xxxx, onde era cobrada uma taxa diária no valor pecuniário de R\$23,00 (vinte e três reais). O caminhão permaneceu no pátio da CEASA pelo período de 3 (três) meses sem ser utilizado, por José não estar mais tendo lucros com as vendas do uva e consequentemente estava adquirindo elevados prejuízos, sendo assim, José não se preocupou em deixar o veículo no local por se tratar de um estacionamento pago e teoricamente “SEGURO”.

Ocorre que no dia 27.03.2024, José se dirigiu ao local junto com seu funcionário para efetuar o pagamento referente a diária do estacionamento e fazer a retirada do caminhão, uma vez que o José estava querendo iniciar novos trabalhos com o veículo, a fim de agregar lucros diante de sua real situação financeira. Ao adentrar nas dependências da CEASA José e seu funcionário procuraram pelo caminhão no ponto em que haviam deixado, porém o mesmo não se encontrava no local, procuraram por todo o pátio e não o encontraram, razão pela qual o José ficou angustiado e desesperado por não ter visualizado o veículo.

Ao se dirigir a Administração da CEASA, José informou que estava ali para acertar o débito referente a diária de seu caminhão e que queria fazer a retirada do mesmo, porém o veículo não se encontrava em nenhum ponto do pátio, foi aí que o presidente consultou o sistema interno e afirmou com clareza que o veículo de José estava dentro do estacionamento e que não tinha saído do local, pois para sair do pátio o condutor do veículo, primeiro deveria acertar o débito pendente, somente assim poderia se retirar do local com o caminhão.

José informou ao presidente que havia procurado o caminhão com a ajuda de seu funcionário em todos os pátios e que não havia indícios do mesmo. Diante da situação, afirmou ao presidente que seu veículo teria sido furtado no interior do estabelecimento, que iria fazer um Boletim Unificado (BU) e que tomaria as devidas providências cabíveis, pois mesmo estando devendo pagamento da diária, o veículo não estava lá de graça e que o mesmo iria pagar o débito para retirar o caminhão.

Ao retornarem à CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO SA CEASA ES com o Boletim Unificado, foram novamente à sala da administração apresentar o documento para o presidente e o advogado que estava presente na sala. Ao ler a ocorrência o presidente comentou “que tinha mais tempo que o caminhão estava lá”. Foi então que o presidente, indagou José, “se ele estava devendo alguém” sendo perguntado perante os demais funcionários do local. José se sentiu constrangido, sendo interrogado dentro de uma sala cheia sobre sua vida pessoal, e que estava ali só para quitar seus débitos e não para ser indagado.

José declarou ao presidente que não estava ali omitindo sua dívida, mas sim para quitá-la e acabou tendo o veículo furtado, ficando desesperado com o fato que ocorreu dentro do estabelecimento que era pago e que para ele era "seguro", ou seja, mesmo diante da notícia do delito José foi gravemente constrangido perante o funcionário da administração sobre sua vida pessoal, que não é de interesse de ninguém ali presente.

O advogado presente percebeu que os interrogatórios feitos pelo presidente não estavam corretos e pediu para ele sair da sala. José prometeu tomar as medidas apropriadas. Mais tarde, ao irem ao destacamento policial, descobriram que o advogado havia pedido à polícia para investigar o local em busca do veículo furtado. O policial relatou que até vasculhou oficinas próximas, mas não encontrou o caminhão. José reafirmou que tomaria medidas, pois não podiam permitir o furto de seu veículo. A secretária indicou que esse não era um incidente isolado, pois veículos já haviam sido furtados do estabelecimento em outras ocasiões.

Na qualidade de advogado(a) de José, elabore a peça processual cabível voltada ao caso narrado e a composição dos danos sofridos no bem.

(Considere que: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.)

UTILIZE O ESPAÇO A SEGUIR PARA RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Realização
Instituto
ACCESS